

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.503.168 - PR (2019/0136712-8)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE CURITIBA
PROCURADOR : LUCIANA MOURA LEBBOS E OUTRO(S) - PR035235
AGRAVADO : TUPAN DE AGUIAR BORGES
AGRAVADO : JOAO SILVINO DOS SANTOS SOBRINHO
ADVOGADOS : ADEMILSON DE MAGALHÃES - PR022229
ANNELISE MOTTA JOAKINSON - PR022396
ROSANE LOYOLA BASSO E OUTRO(S) - PR021440
ALBERTO MANENTI - PR020617
ROGERIO MANENTI - PR027011

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto pelo MUNICÍPIO DE CURITIBA, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que inadmitiu o Recurso Especial manejado em face de acórdão, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. PROCESSO EXTINTO ANTE O RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DESPACHO, ORDENANDO A CITAÇÃO, POSTERIOR AO ADVENTO DA LC Nº 118/05 (QUE DEU NOVA REDAÇÃO AO INCISO I, DO PARÁGRAFO ÚNICO, DO ART. 174 DO CTN). INTERRUPTÃO DO LAPSO PRESCRICIONAL COM O DESPACHO CITATÓRIO. TRANSCURSO DE APROXIMADAMENTE 07 (SETE) ANOS SEM A CITAÇÃO DO EXECUTADO OU A PENHORA DE BENS. CONCORRÊNCIA DE CONDUTA OMISSIVA DO EXEQUENTE NA DEMORA DA TRAMITAÇÃO DO FEITO, DE MODO A NÃO JUSTIFICAR A APLICAÇÃO DA SÚMULA 106 DO STJ. PRESCRIÇÃO CARACTERIZADA. CONDENAÇÃO DO MUNICÍPIO AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. POSSIBILIDADE. IN APLICABILIDADE DOS ARTS. 26 E 39 DA LEF. CONSTITUIÇÃO FEDERAL QUE VEDA A ISENÇÃO HETERÔNOMA. FEITO QUE TRAMITOU EM VARA ESTATIZADA. IRRELEVÂNCIA. RECURSO DESPROVIDO" (fl. 209e).

Alega a parte agravante, nas razões do Recurso Especial interposto pela alínea **a** do permissivo constitucional, que o acórdão recorrido violou os arts. 174 do CTN e 25 da Lei 6.830/80, sustentando, em síntese, que não há que se falar em ocorrência da prescrição intercorrente, eis que "o despacho do juiz que ordena a citação

interrompe a prescrição"; que o processo não ficou paralisado por culpa do Município, "sendo a demora na efetivação do ato citatório responsabilidade exclusiva do serviço judicial"; que não fora intimado para se manifestar nos autos (fls. 226/234e).

O Recurso Especial foi inadmitido, na origem (fls. 254/256e), o que ensejou a interposição do presente Agravo (fls. 266/278e).

A irresignação não merece acolhimento.

Com efeito, o Tribunal de origem, no que interessa no caso, negou provimento ao recurso interposto pela parte ora agravante, pelos seguintes fundamentos:

"Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pelo Município de Curitiba em 20/12/2010 para a cobrança de IPTU referente ao ano de 2009, inscrito em dívida ativa em 01/01/2010 (mov. 1.1).

Como o despacho citatório foi proferido em 17/01/2011 (mov. 1.2), de acordo com o artigo 174, parágrafo único, inciso I, do CTN, com redação posterior à alteração introduzida pela Lei Complementar nº 118/2005, o despacho citatório é que interrompe a contagem do prazo prescricional.

Em 21/08/2012 juntou-se aos autos o AR da tentativa de citação do executado, onde constou "desconhecido" (mov. 1.3).

Na sequência o Sr. João Silvino dos Santos, na qualidade de terceiro interessado, apresentou petição, requerendo a suspensão da execução, tendo em vista a existência de ação de usucapião na qual pretende seja reconhecida a propriedade do imóvel objeto da execução fiscal (mov. 1.5).

O Município requereu, então, em 27/11/2015, a penhora do imóvel (mov. 7.1).

O juízo determinou que o exequente juntasse aos autos a matrícula atualizada do imóvel, em 04/12/2015 (mov. 11.1), o que restou atendido em 08/12/2015 (mov. 14).

O terceiro interessado se manifestou a respeito do pedido de penhora do imóvel (mov. 15.1).

O MM. Juiz determinou a intimação do exequente para se manifestar a respeito da petição apresentada pelo interessado (mov. 17.1), sendo que o Município apresentou manifestação em 28/07/2017 (mov. 20.1).

Em 29/08/2017 determinou-se a intimação do terceiro interessado para que apresentasse documentos (mov. 22.1), o que restou atendido (mov. 25.1).

Em 13/11/2017, foi proferido despacho, determinando a intimação do exequente para se manifestar sobre a eventual ocorrência da prescrição (mov. 27.1).

O Município se manifestou em 17/11/2017 (mov. 30.1).

Sobreveio, então, em 16/01/2018, a r. sentença (mov. 32.1), reconhecendo a ocorrência da prescrição intercorrente.

Infere-se, assim, que desde o despacho citatório, que interrompeu a prescrição, até a data da prolação da sentença, transcorreram aproximadamente 07 (sete) anos, sem que o Município tenha logrado êxito em citar o executado ou penhorar bens.

Saliente-se que não se pode afirmar que a demora na tramitação do feito teve como única causa motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, vez que competia ao exequente diligenciar pelo andamento dos autos, o que torna inaplicável, ao caso, o disposto na Súmula 106, do STJ" (fls. 211/212e).

Considerando a fundamentação acima, verifico que os argumentos utilizados pela parte ora agravante somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

"PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. OCORRÊNCIA DE CAUSAS INTERRUPTIVAS E SUSPENSIVAS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Recurso especial em que se discute a ocorrência de prescrição intercorrente em execução fiscal.
2. Hipótese em que o Tribunal declarou que ajuizada a execução fiscal em 01/12/1997, até a data da sentença, em 10/12/2013, não houve nenhuma causa de interrupção ou suspensão da prescrição. Reformar a ilação do Tribunal encontra óbice na súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça. Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no REsp 1.527.442/RR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/08/2015).

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.

1. O acórdão recorrido afastou a prescrição intercorrente sob o fundamento de que "não houve o implemento do prazo prescricional de cinco anos desde os últimos atos de impulso do credor os quais não

podem ser considerados diligências inúteis, conquanto não tenham logrado sucesso em promover atos de efetiva excussão. Por outro lado, o não adimplemento do débito tributário até o momento não pode ser imputado à inércia do credor, porquanto há indícios que valores constrictos em conta-corrente do devedor se perderam por equívoco do Banco HSBC - que permitiu o saque pelo executado do montante outrora bloqueado (fi. 153) o retardamento do feito não imputável ao exequente não pode redundar no decreto da prescrição intercorrente, nos termos dos precedentes desta Corte, bem como do STJ (fl.182, e-STJ)". Rever a informação lançada pelo acórdão recorrido implica adentrar em matéria fática, vedada pela Súmula 7 do STJ.

2. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.650.632/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/04/2017).

"TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. REEXAME FÁTICO PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.

I - Inexistente a alegada violação dos arts. 458 e 535 do CPC/73, pois a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, como se depreende da análise do acórdão recorrido.

II - A análise das razões do acórdão recorrido demonstra que houve análise da controvérsia dentro do universo fático-probatório, quando consignou que o processo administrativo foi encerrado em janeiro de 2010, com a notificação do recorrente, não havendo se falar em paralisação do feito e prescrição intercorrente. Reexaminar os fundamentos aplicados pelo Tribunal de origem implica em reexame fático probatório vedado pelo enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

III - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.585.934/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/03/2017).

Ressalto, ainda, que, no julgamento do REsp 1.102.431/RJ, representativo da controvérsia, consolidou-se o entendimento no sentido de que para a verificação da responsabilidade pela demora na prática dos atos processuais seria necessário o revolvimento do quadro fático-probatório delineado nos autos, providência vedada, em sede de Recurso Especial, pela Súmula 7/STJ. O julgado restou assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. PARALISAÇÃO DO PROCESSO POR CULPA DO PODER JUDICIÁRIO. SÚMULA 106 DO STJ. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 07/STJ.

1. O conflito caracterizador da lide deve estabilizar-se após o decurso de determinado tempo sem promoção da parte interessada pela via da prescrição, impondo segurança jurídica aos litigantes, uma vez que a prescrição indefinida afronta os princípios informadores do sistema tributário.

2. A perda da pretensão executiva tributária pelo decurso de tempo é consequência da inércia do credor, que não se verifica quando a demora na citação do executado decorre unicamente do aparelho judiciário. Inteligência da Súmula 106/STJ. (Precedentes: AgRg no Ag 1125797/MS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/08/2009, DJe 16/09/2009; REsp 1109205/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/04/2009, DJe 29/04/2009; REsp 1105174/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/08/2009, DJe 09/09/2009; REsp 882.496/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2008, DJe 26/08/2008; AgRg no REsp 982.024/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/04/2008, DJe 08/05/2008)

3. In casu, a Corte de origem fundamentou sua decisão no sentido de que a demora no processamento do feito se deu por culpa dos mecanismos da Justiça, verbis: "Com efeito, examinando a execução fiscal em apenso, constata-se que foi a mesma distribuída em 19/12/2001 (fl.02), tendo sido o despacho liminar determinando a citação do executado proferido em 17/01/2002 (fl. 02 da execução). O mandado de citação do devedor, no entanto, somente foi expedido em 12/05/2004, como se vê fl. 06, não tendo o Sr. Oficial de Justiça logrado realizar a diligência, por não ter localizado o endereço constante do mandado e ser o devedor desconhecido no local, o que foi por ele certificado, como consta de fl. 08, verso, da execução em apenso.

Frustrada a citação pessoal do executado, foi a mesma realizada por edital, em 04/04/2006 (fls. 12/12 da execução).

(...) No caso destes autos, todavia, o fato de ter a citação do devedor ocorrido apenas em 2006 não pode ser imputada ao exequente, pois, como já assinalado, os autos permaneceram em cartório, por mais de dois anos, sem que fosse expedido o competente mandado de citação, já deferido, o que afasta o reconhecimento da prescrição.

(...) Ressalte-se, por fim, que a citação por edital observou rigorosamente os requisitos do artigo 232 do Código Processual Civil e do art. 8º, inciso IV, da Lei 6.830/80, uma vez que foi diligenciada a citação pessoal, sem êxito, por ser o mesmo desconhecido no endereço indicado pelo credor, conforme certificado pelo Sr. Oficial de Justiça, à fl. 08, verso dos autos da execução."

4. A verificação de responsabilidade pela demora na prática dos atos processuais implica indispensável reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado a esta Corte Superior, na estreita via do recurso especial, ante o disposto na Súmula 07/STJ.

5. Recurso especial provido, determinando-se o retorno dos autos à instância de origem para prosseguimento do executivo fiscal, nos termos da fundamentação expendida. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008" (STJ, REsp 1102431/RJ, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 01/02/2010).

Quanto à alegada ofensa ao art. 25 da Lei 6.830/80, verifica-se que a argumentação expendida pela parte recorrente (quanto à forma de intimação da Fazenda Pública) não guarda relação com o princípio do impulso oficial do processo. Tal situação atrai o óbice da Súmula 284/STF dada a deficiência de fundamentação.

Nesse sentido:

"EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. FALTA DE INTIMAÇÃO PARA DAR ANDAMENTO AO FEITO. IMPULSO OFICIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 25 DA LEI 6.830/80. INOCORRÊNCIA. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. HONORÁRIOS. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. POSSIBILIDADE.

I - O art. 25 da Lei de Execuções Fiscais, Lei 6.830/80, determina que, na execução fiscal, qualquer intimação ao representante judicial da Fazenda Pública será feita pessoalmente. No caso concreto, a agravante alega não ter sido intimada para dar andamento ao processo, o que violaria o citado artigo. Entretanto, a alegação da recorrente está totalmente dissociada da inteligência do artigo 25, uma vez que este determina a forma da intimação

fazendária, não tendo nada a ver com o princípio do impulso oficial do processo. Caso tivesse havido a intimação fazendária por via postal, aí sim poderia se falar em violação ao art. 25. Aplicável a Súmula 284/STF no ponto. (...)

IV - Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no REsp 1.057.560/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 01/09/2008).

Pelo exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, conheço do Agravo, para não conhecer do Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora

